



Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas.

ISSN: 1980-0193

ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES

O LEGISLATIVO LOCAL E A PERSPECTIVA DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC

Maria Cristina Pache Pechtoll⁽¹⁾

Antonio Carlos Gil⁽²⁾

Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS

RESUMO

Esta pesquisa visa verificar a importância atribuída pelos(as) vereadores(as) da Região do Grande ABC à perspectiva de gênero na formulação de políticas públicas. Mais especificamente, verificar suas opiniões, crenças e atitudes quanto à promoção da igualdade entre homens e mulheres no âmbito das políticas públicas. Esta pesquisa pode ser definida como um *survey* analítico, pois tem como escopo não apenas descrever características de uma população, mas também verificar a existência de relação entre variáveis. As informações levantadas por esta pesquisa podem ser úteis tanto para os movimentos de mulheres e organizações feministas, quanto para os/as gestores(as) públicos(as), no sentido de traçar nova estratégia de sensibilização dos detentores do poder no âmbito do legislativo local.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de gênero; Políticas Públicas; Poder legislativo local; Região do Grande ABC.

THE LOCAL LEGISLATIVE BRANCH AND GENDER PERSPECTIVE IN PUBLIC POLICY IN THE GREAT ABC REGION

ABSTRACT

This research will ascertain the importance councilmen/women from the Great ABC region attribute to gender when planning public policies. More precisely, it will check their opinions, attitudes and beliefs as to promoting equality between men and women within the subject of public policies. This research may be defined as an analytical survey, because it intends not only to describe the features of a population but also to ascertain the relationship among the variants. The information collected in this research may prove useful both to Women Movements or feminist organizations and to public administrators in order to draw new strategies to make local councilmen/women more sensitive to the issue.

KEYWORDS: Gender relations; Public Policies; Local legislative branch; Great ABC Region.

INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero verificada em nossa sociedade é bem menor do que há algumas décadas, por conta da obtenção de níveis cada vez mais elevados de educação formal, bem como, dos avanços legais que asseguram maior igualdade entre homens e mulheres no campo da família e do trabalho, entre outros fatores. Tanto é que hoje as mulheres apresentam melhores condições do que os homens em praticamente todos os indicadores educacionais. Considere-se, por exemplo, que a escolaridade das mulheres no ensino fundamental passou de 86,5%, em 1996, para 94,8%, em 2006. Também não há como deixar de reconhecer que as mulheres vêm aumentando sua participação no mercado de trabalho. Em 1996, 46% das mulheres estavam ocupadas ou à procura de emprego e essa proporção passou para 52,6% em 2006 (IPEA, 2008).

Mas a vantagem vivenciada pelas mulheres no campo educacional e a ampliação de sua participação no mercado de trabalho não se traduzem em postos de trabalhos mais qualificados e em maiores salários. Sem contar que os dados levantados não consideram o trabalho doméstico - realizado predominantemente pelas mulheres - que, embora de fundamental importância para a reprodução da vida social, não são contabilizados do ponto de vista econômico.

Esses fatos mostram como a desigualdade de gênero continua, apesar dos avanços. As fronteiras entre o masculino e o feminino se deslocaram, porém, as barreiras continuam existindo, a despeito dos novos papéis assumidos pelas mulheres e transformações ocorridas em suas vidas (HIRATA, 2002).

Se a sociedade civil tem seu papel na mudança de cultura e conscientização dos indivíduos, é ao Estado que cabe o papel determinante na construção da igualdade, responsável que é pelas políticas públicas. O Legislativo, um dos três poderes que constituem o Estado e parte substancial da ordem política, desempenha papel primordial na construção da igualdade numa concepção democrática de sociedade. É nele que vereadores e vereadoras, eleitos pelo povo, como seus representantes, elaboram, revogam ou emendam leis, além de fiscalizarem o Poder Executivo que efetiva essas políticas públicas.

Interessa, pois, saber se esses representantes estão agindo em prol do interesse público. A forma mais concreta para isso consiste na avaliação de suas atuações. Uma forma indireta, por sua vez, consiste na identificação de suas percepções. Daí, então, a realização da presente pesquisa, que é orientada pelo problema: Qual é a percepção dos vereadores e vereadoras da Região do Grande ABC acerca da importância de contemplar as questões de relação de gênero nas políticas públicas?

Assim, foram definidos os seguintes objetivos:

1. Identificar opiniões de vereadores(as) da Região do Grande ABC Paulista acerca da questão de gênero;
2. Verificar a importância atribuída pelos vereadores(as) à questão de gênero na formulação de políticas públicas;
3. Verificar a existência de relação entre a percepção de vereadores(as) acerca da importância de se considerar as questões de gênero na formulação de políticas públicas e variáveis sócio-demográficas e percepções relativas às relações de gênero.

A escolha da Região do Grande ABC como local de realização da pesquisa deve-se à importância que esse espaço regional assume no cenário econômico, político e social do país. Com uma população estimada, em 2005, de 2.546.465 habitantes (IBGE, 2008) e com uma área de 825 km², a Região do Grande ABC localiza-se na porção sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo, a 18 km da capital, e é formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Constitui-se como uma das regiões mais industrializadas do Brasil. Seu processo de industrialização iniciou-se no final do século XIX, efeito da construção da ferrovia São Paulo Railway. Nos anos 1950, foi sede das primeiras indústrias automobilísticas brasileiras, pela facilidade de transporte com a construção da Rodovia Anchieta que liga a cidade de São Paulo ao porto de Santos. Ainda hoje, a região possui um importante parque industrial e tecnológico, principalmente nos setores mecânico, metalúrgico e químico.

A partir da segunda metade do século passado e, mais intensamente, a partir dos anos 1970, a região ficou notabilizada por sua história ligada ao sindicalismo combativo; à organização celular de Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, da Igreja Católica e a uma grande capacidade de organização de movimentos sociais e populares; fatores que levaram à constituição de um arranjo político de centro esquerda (SADER, 1995). Assim, a Região do Grande ABC chegou a ter cinco cidades administradas pelo Partido dos Trabalhadores (2001/2004). Nesse cenário, as mulheres organizadas nas CEBs, Movimentos Populares, Sindicatos, Central Única dos Trabalhadores – CUT e nos partidos começaram a dar a tônica para influenciar nas políticas públicas das administrações democráticas-populares.

O setor de serviços e comércio da Região do Grande ABC passou a ocupar posição de destaque no cenário econômico, em decorrência, principalmente, da obsolescência do modelo fordista e da consequente reestruturação por que passaram as grandes metrópoles nas duas últimas décadas.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser definida como um *survey* analítico, já que tem como propósito não apenas descrever percepções, mas também verificar a existência de relação entre variáveis.

Como instrumento básico para coleta de dados aplicou-se um formulário para 98 vereadores(as), da legislatura de 2005/2008, das Câmaras Municipais das cidades que compõem a Região do Grande ABC. Apenas 8 vereadores, do total de 106, não responderam à solicitação. Com vistas a conferir maior profundidade aos resultados, foram também realizadas entrevistas semi-estruturadas com três vereadoras e quatro vereadores. O critério adotado para esta seleção foi o da intencionalidade.

Para análise dos dados obtidos mediante formulários, foram construídas tabelas com a indicação das frequências correspondentes a cada variável. Foi, ainda aplicado o Coeficiente de Correlação de Yule com vistas a verificar a existência de correlação entre as variáveis.

3 PRESENÇA FEMININA NOS LEGISLATIVOS DA REGIÃO DO GRANDE ABC

No momento da conclusão desta pesquisa, a Região do Grande ABC contava com apenas 9,43 % de mulheres nos legislativos da região. As vereadoras eleitas em todo o Brasil representam 12,65 % do total de parlamentares e no Estado de São Paulo, comparecem com 11% (ALVES, 2004).

Os (As) vereadores(as) apontaram alguns motivos para essa sub-representação das mulheres na política, ao se abordar o assunto nas entrevistas.

Percebe-se, pela fala do vereador, que as características e papéis atribuídos social, cultural e historicamente ao mundo feminino são fatores para dificultar a presença das mulheres na política:

São poucas as mulheres que dá (sic) a vida à política, se dedica à política. Por quê? Tem aquela questão mãe, né? Ainda a gente vê muito, de estar cuidando dos filhos, de pôr os filhos na escola, ainda tem muito isso. [...] Eu acho que ela (a mulher) tem medo de tomar decisão. [...] Eu acho que é a própria mulher que se segura. Falta iniciativa das mulheres (VEREADOR F).

Outra vereadora arrola vários empecilhos, tais como, os papéis tradicionalmente impostos às mulheres, a falta de consciência de sua própria importância, a falta de iniciativa, a condição social que não supre adequadamente as necessidades básicas. Apesar de tal vereadora agregar a questão de classe social em seu discurso, ela imputa a responsabilidade da não-participação às próprias mulheres, no plano do esforço individual.

Nós temos que fazer com que a mulher entenda o seu papel na sociedade, porque em minha opinião, muitas ainda não se conscientizaram. Ou porque não têm uma cultura suficiente ainda, a respeito de política, acha que a política não interessa, e ela tem que cuidar da casa, dos filhos, da comida, porque é verdade também, mas você pode, se você tiver condições, como é meu caso, por exemplo. [...] a mulher não sabe o quanto ela faz falta na política. [...] E ela não dá tanto valor a isso. Eu já cansei de convocar mulheres para virem participar, se não quiser ser candidata pelo menos acompanhar os trabalhos da câmara, [...] pra você poder se inteirar, porque, na realidade, o que os vereadores, deputados estaduais, senadores federais fazem, mexe com a nossa vida. [...] Qualquer papel que você assina lá, aqui embaixo reflete, mas elas não percebem isso. Aliás, não é (sic) só elas, né? Muitos homens não percebem também. Pessoas mais simples não percebem, porque elas estão com uma preocupação primeira, qual é? De colocar as necessidades básicas que é, uma comida, um emprego, um salário, um atendimento de saúde, isso pra ele é importante. Quando ele tem isso, talvez ele até possa começar a pensar em política. Mas se ele não tiver essas questões básicas resolvidas, ele não se interessa com nada. A não ser alguma coisa muito pessoal pra ele (VEREADOR E).

Há estudos que atribuem essa sub-representação feminina nos legislativos a fatores provenientes das estruturas familiares, da vida pessoal, dos sistemas econômicos, das estruturas do estado, dos tipos de regimes políticos e do grau de tradicionalismo e religiosidade (AVELAR, 1996). Esses fatores, no entanto, parecem derivar de uma única causa, que é a construção histórica e culturalmente assimétrica das relações de gênero, com base em relações de poder e submissão da mulher pelo homem.

O baixo *status* – que tem como indicador principal o padrão de renda auferido – é um dos principais obstáculos à ascensão ao poder. A presença das mulheres nos parlamentos e postos de decisão está estreitamente relacionada à posição social que ela ocupa na sociedade, quanto mais alta é sua posição social, mais aumentam as chances de ocuparem esses espaços (AVELAR, 1996).

A ação coletiva, por meio do Movimento de Mulheres, para a proposição de políticas públicas que alavanquem a entrada das mulheres na vida política é uma resposta para solucionar o problema, como indica a fala de um vereador:

Eu acho que tem a ver exatamente com a falta de um trabalho mais efetivo em relação à garantia dos direitos da mulher na discussão política. [...] Agora, uma coisa é uma mulher estar liderando, outra coisa são movimentos que tenham como bandeira fundamental a questão das mulheres, a questão dos direitos das mulheres e de outros segmentos. Acho que falta fundamentalmente é essa cultura. Então, o resultado da falta de movimentos, você não tem a rigor política sendo construída. Se você não tem políticas sendo construídas, quase nunca você tem um diálogo que fortalece essa participação das mulheres (VEREADOR C).

Ainda nessa mesma linha de pensamento, mas com um discurso mais incisivo, aponta uma vereadora:

Nós só conquistamos as coisas com luta. Não adianta achar que política pública pras mulheres vai chegar porque o estado é machista. Os representantes do estado, do nosso estado, na sua maioria são homens. Majoritariamente de homens, não é? Então, não adianta acharmos que eles vão ter políticas. Se nós mulheres somos machistas, imagine os homens desse parlamento [...] que nós temos, que eles vão se sensibilizar com a luta das mulheres não. É na luta, tem que ser a luta do enfrentamento, da organização, do esclarecimento, que, muitas vezes, falta esclarecimento, entendeu? (VEREADOR B).

Para outro vereador, as políticas públicas específicas – desenvolvidas por administrações governadas por partidos do espectro político da esquerda – possibilitam a presença mais significativa das mulheres no legislativo:

Em Diadema, esse avanço em ter uma quantidade de mulheres maior, é exatamente por ela ser uma cidade há muito tempo governada por governos com uma tonalidade mais à esquerda, que avança um pouco mais nessa discussão, que capacitou ou possibilitou você eleger até esse número de mulheres. Eu acho ainda pouco. Eu acho que tem que ter uma paridade, porque tem bastante mulheres competentes em condições de ocupar espaços no legislativo, com representatividade, com condições e competência para, por exemplo, avançar muito mais nessas políticas públicas. Aqui já tem algumas, que fazem esse trabalho com muita competência (VEREADOR A).

A política de cotas - garantia de 30% de candidatas nas listas apresentadas pelos partidos para as eleições legislativas em todos os níveis - é frequentemente mencionada, mas as manifestações dos vereadores(as) mostram como a questão é polêmica. Na opinião de muitos vereadores, as cotas não têm contribuído para aumentar a participação da mulher na política. Essa constatação condiz com os resultados das últimas eleições. O crescimento tem ficado abaixo do esperado e do que ocorreu em outros países que adotaram algum tipo de política de cotas.

Os(As) vereadores(as) comentam que os partidos não conseguem preencher a reserva de 30% das vagas para as mulheres e muitas só dão o nome, mas não fazem campanha, o que no meio político é chamada de *candidata laranja*.

E não tem uma forma de estimular isso daí (a participação das mulheres na política). Quer dizer, já existe a obrigação de ter dentro do partido, por exemplo, em época de eleição, o percentual das mulheres. E não consegue preencher. [...]mas nós não conseguimos preencher, porque é difícil. Ninguém quer participar. Ela fala assim: “Eu ajudo, mas eu não quero participar” (VEREADOR E).

A política de cotas ainda está surtindo um efeito acanhado. O problema está na forma como os partidos driblam a legislação e continuam restringindo o espaço para as mulheres. Nas eleições municipais de 2004, a média nacional de candidaturas femininas para as Câmaras Municipais foi de 22%. Isso significa que os partidos deixaram de preencher as vagas disponíveis para as mulheres. Aumentam as chances de mulheres serem eleitas quando os partidos lançam um maior número de

candidatas. A existência de maiores opções de voto em lideranças femininas estimula a resposta positiva do eleitorado (ALVES, 2004)

Mesmo aqueles vereadores(as), que são favoráveis à política de cotas, entendem que só as cotas não bastam.

Então, por isso que eu acredito que ao lado da política de cotas, no caso das mulheres, deveria ter-se tomado outras iniciativas. [...] Teria que tomar outras iniciativas prá que garantisse a efetiva participação do conjunto das mulheres. [...]Então, falta, na minha opinião, de uma maneira geral, um trabalho efetivo prá se garantir que as cotas não sejam apenas uma questão formal. Que as cotas sejam na prática o mesmo número que tem nas chapas de candidatas, se efetive na prática nas câmaras (VEREADOR C).

O que se infere é que a política de cotas, isoladamente, não surte o efeito desejado. Outras ações, paralelas à política de cotas, são necessárias para mudar esse quadro, como as lições para o acesso ao poder recomendadas por Avelar (1966): 1) exercer a cidadania com atuação política em todos os canais, nos partidos, entidades profissionais, sindicais, associativas e nos diversos movimentos; 2) promover a formação de lideranças; 3) buscar recursos e organização financeira; 4) realizar um trabalho organizacional com profissionalismo e competências específicas; 5) formular idéias-ação como suporte da ação política organizada; 6) criar *lobbies* para exercer pressão sobre as áreas legislativas e burocrático-governamentais; 7) realizar cursos de formação política.

Mesmo que a aceitação das candidatas tenha aumentado nas últimas décadas, existe maciça difusão dos preconceitos e estereótipos de gênero por meio dos discursos, do senso comum e do reforço pela mídia. O discurso frequente é que nada as impedem de ocupar esses espaços políticos e, por isso, podem ocupar, mas elas não querem ou elas não se esforçam. Na verdade, o que fica é uma mensagem camuflada de que elas “não devem”. Para tais vereadores, não há discernimento de que a mesma educação e cultura que talham os homens para ocupar cargos de liderança política é que também talham as mulheres para as lidas domésticas. Observa-se tal opinião neste trecho de entrevista:

Eu acho que discriminação não tem nenhuma. Porque o direito é igual, e elas concorrem de igual prá igual com todo mundo. Principalmente comigo, as mulheres que estão hoje no PSDB que vão disputar as eleições vão disputar de igual prá igual, certo? Eu acho que elas precisam se dedicar mais, trabalhar

mais. Porque campanha política é trabalho, não tem outra forma, você entendeu? [...] Se elas trabalharem mais, nós teremos mulheres aqui vereadoras, não é? [...] evidentemente que a vitória vem, elas conseguem. [...] E, às vezes, as mulheres têm resistência, às vezes, dentro do próprio lar, dentro da própria família. Os familiares não apóiam, os familiares não ajudam (VEREADOR D).

Essa crença de que não há discriminação - pois os direitos são iguais - não leva em conta que as políticas públicas de gênero, concretizadas por meio de ações afirmativas, têm como objetivo contribuir para cancelar ou corrigir as desigualdades de fato. As ações afirmativas dão condições para que as mulheres possam estar presentes e participar em todos os setores da sociedade e em todos os níveis de decisão e poder (CAPPELLIN, 1996).

As mulheres que ousam adentrar espaços eminentemente masculinos precisam enfrentar tais ambiguidades como, por exemplo, ter que apresentar qualidades necessárias para a liderança, como força e assertividade, sem parecerem masculinas.

A questão importante sugerida por esses estudos é que as candidatas femininas enfrentam um peso de serem mulheres que não pode ser explicado - ou contra-atacado - pela razão, exigindo delas um esforço maior para serem aceitas como ocupantes efetivas de cargos de liderança (FINAMORE; CARVALHO, 2006, p. 356).

4 A IMPORTÂNCIA DE SE CONSIDERAR A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma das questões apresentadas no formulário respondido pelos(as) vereadores(as) foi: Qual das alternativas abaixo corresponde melhor ao que o(a) senhor(a) pensa acerca da maneira como deve ser tratada a questão de gênero nas políticas públicas - políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres? As alternativas foram ordenadas num contínuo, desde a mais favorável (Nenhum projeto de cunho social deveria ser levado a plenário se não considerasse a questão de gênero) até a mais desfavorável (A questão de gênero só deve ser considerada em projetos que tratam especificamente dessa questão).

Os resultados (Tabela 1) apresentam uma distribuição relativamente proporcional das respostas. O que indica notável variação da postura dos vereadores(as) em relação ao assunto.

Tabela 1 - Distribuição percentual dos vereadores(as) conforme importância de se considerarem as questões de gênero na formulação de políticas públicas

Alternativa/Grau de Importância		N	%
a)	Nenhum projeto de cunho social deveria ser levado a plenário se não considerasse a questão de gênero. / Muito importante	23	23,47
b)	Seria bom que os vereadores considerassem a questão de gênero na formulação de seus projetos. / Importante	30	30,61
c)	Admito que seja importante tratar da questão de gênero, mas essa questão não pode ser considerada obrigatória no processo legislativo. / Um pouco importante	21	21,43
d)	A questão de gênero só deve ser considerada em projetos que tratam especificamente dessa questão. / Nada importante	24	24,49
Total		98	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram poucos, no entanto, os vereadores(as) que demonstram saber o conceito de gênero. O uso da palavra causou estranhamento e dúvidas.

O conceito de gênero começou a ser utilizado pelas teóricas da política feminista nos anos 1980 e se difundiu no meio acadêmico e no movimento de mulheres nos anos 1990. A conceituação mais utilizada e difundida no Brasil, na década de 1990, foi a de Scott (1991), imprimindo à palavra *gênero* uma categoria analítica relacional que se refere à organização social das relações entre os sexos.

No Brasil, na década de 1960, Heleieth I. B. Saffioti, no livro *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade* (SAFFIOTI, 2004), já indicava como o fator sexo opera nas sociedades de classes de maneira a excluir as mulheres do mercado de trabalho.

Variam as concepções acerca do conceito de gênero, conforme a corrente feminista. No entanto, para o fim desta pesquisa, enfatizam-se as relações sociais entre os sexos, construídas, histórica e culturalmente, de forma assimétrica. Nesse contexto, as desigualdades entre homens e mulheres não são determinadas pela diferença biológica entre os sexos.

No trecho a seguir, apresenta-se a argumentação consistente de uma vereadora quando concorda que nenhum projeto de cunho social deveria ser levado a plenário se não considerasse a questão de gênero.

[...] Vamos supor aqui que você esteja discutindo a questão da saúde. Ela tem um projeto de criar um novo hospital, ou creche na cidade, como é que você não vai levar em consideração a discussão de gênero? Não é? A mulher que trabalha, qual é o percentual disso na cidade? Qual é o número de vagas que é necessário pra cidade, do ponto de vista de uma creche? [...] Como é que você não discute especificamente a questão da saúde da mulher? Então, não dá pra você pensar em projetos, tanto do executivo quanto do legislativo, sem pensar na questão de gênero. [...] Na questão do trabalho, também, na geração de trabalho e renda. [...] Quando você cria uma Secretaria de Segurança, você tem que criar um espaço pra fazer essa discussão específica, que é a questão da violência contra a mulher. [...] Eu acho que a Secretaria Nacional de Políticas [...] para Mulheres, na verdade, é muito bom. Só que eu acho que não tem que ser só uma Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, uma Secretaria Especial de Igualdade Racial, e depois o Ministério da Casa Civil não pensa isso. [...] O Ministério da Educação não pensa isso, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo [...]. Porém, eu acho que não dá pra ser uma coisa separada da outra, entendeu? Não dá pra pensar o PAC sem pensar em políticas para as mulheres. [...] Não dá pra existir só uma secretaria, né? Tem que existir a secretaria, que eu continuo dizendo que é um passo muito importante, mas não só isso. [...] Essa discussão tem que estar em todos os setores da sociedade e, principalmente, nos espaços governamentais que têm política de governo (VEREADORA B).

Constata-se que a vereadora tem o entendimento da necessidade de operacionalizar políticas de gênero numa perspectiva de articulação e integração. Utiliza-se dos princípios da *transversalidade* de gênero nas políticas públicas, mesmo não fazendo referência à palavra.

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a idéia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres (BANDEIRA, 2005, p. 5).

Isso quer dizer que não é possível conseguir resultados efetivos na promoção da igualdade entre homens e mulheres se a responsabilidade de conceber, planejar e executar as políticas de gênero for de um organismo único e isolado no organograma do governo.

Nessa perspectiva, a transversalidade de gênero deveria ser contemplada nas diversas políticas de governo, principalmente na educação, saúde, geração de trabalho e renda, cultura, inclusão social, sem esquecer a intersecção de gênero com as dimensões estruturantes raça/etnia e classe.

Observam-se entre os(as) vereadores(as) que percebem a perspectiva de gênero nas políticas públicas como sendo de pouca importância, manifestações preconceituosas e discriminatórias.

O Vereador D se refere às políticas de gênero com um tom de menosprezo quando diz “promover um negócio melhor aí pras mulheres”. Esse mesmo vereador, mais adiante na entrevista, comenta a respeito do fato de sua cidade não ter nenhuma vereadora, dando a atender que o papel de uma mulher na Câmara seria apenas de embelezamento do ambiente, isto é, como um objeto de decoração: “A gente espera que na próxima eleição a gente tenha pelo menos uma mulher aí, pra ficar mais bonito o plenário da casa né?”.

Notou-se a reprodução de estereótipos negativos em relação ao sexo feminino por parte também de uma vereadora, como nesse trecho de entrevista ao se solicitar sua opinião a respeito de haver tão pouca representação feminina no legislativo. A Vereadora generaliza um comportamento como sendo de todas as mulheres, traçando um modelo de mulheres irracionais, histéricas e que têm como único fim o casamento.

Porque as mulheres não votam nas mulheres. Porque elas votam por um rosto bonito, pensando que elas vão casar com a pessoa que elas tão votando. É a mesma coisa quando participa de um show, de um calouro, de um artista. Elas ficam gritando, pensando que eles vão namorá-las, casar com elas. E as mulheres ficam endoidecidas pensando em arrumar um marido. Então elas quando vêem um rapaz bonito pensam: “Ah, esse daí, eu vou votar nele” (VEREADORA G).

A desconstrução de valores culturais preconceituosos e discriminatórios enraizados em nossa sociedade é muito importante para haver reflexo nas atitudes frente às políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero.

5 O QUE INFLUENCIA OS/AS PARLAMENTARES NA PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

A percepção acerca da importância atribuída pelos parlamentares à perspectiva de gênero nas políticas públicas varia entre os vereadores, cabe indagar: Que fatores influenciam essa postura?

Os dados da Tabela 2 contribuem de alguma forma para essa resposta. É aí indicada a correlação entre a percepção de vereadores(as) acerca da importância de se considerar as questões de gênero na formulação de políticas públicas e variáveis sócio-demográficas e percepções relativas às relações de gênero. Esses resultados são analisados e discutidos nas seções seguintes.

Tabela 2 - Correlação entre a percepção de vereadores(as) acerca da importância de se considerar as questões de gênero na formulação de políticas públicas (Y) e variáveis sócio-demográficas e percepções relativas às relações de gênero (X2.....X17)

Variáveis sócio-demográficas e perceptivas	Valor de Q	Descrição da correlação
X ₁ - Sexo	0,13	Baixa
X ₂ - Idade.	0,21	Baixa
X ₃ - Raça/etnia	0,16	Baixa
X ₄ - Estado conjugal	0,11	Baixa
X ₅ - Nível de escolaridade	0,31	Moderada
X ₆ - Religião	0,61	Substancial
X ₇ - Partido político	0,55	Substancial
X ₈ - Número de mandatos	0,10	Baixa
X ₉ - Ocupação/atividade profissional, concomitante à vereança	0,48	Moderada
X ₁₀ - Conhecimento de organismos administrativos específicos de políticas de gênero	0,68	Substancial
X ₁₁ - Conhecimento de programas/projetos para promoção da igualdade de gênero	0,04	Ínfima
X ₁₂ - Apresentação de proposições relativas a relações de gênero	0,42	Moderada
X ₁₃ - Importância atribuída às políticas afirmativas de gênero	0,94	Muito forte
X ₁₄ - Adequação da punição de autores de violência doméstica contra mulheres	0,11	Baixa
X ₁₅ - Relações com movimentos sociais	0,38	Moderada
X ₁₆ - A presença masculina e feminina nos gabinetes	0,01	Ínfima
X ₁₇ - Percepção em relação à igualdade de gênero	0,38	Moderada

Fonte: dados da pesquisa.

5.1 O FATO DE SER MULHER NÃO INFLUENCIA AS VEREADORAS EM FAVOR DAS POLÍTICAS DE GÊNERO

Das vereadoras pesquisadas, 60% consideraram importante a perspectiva de gênero nas políticas públicas, muito próximo aos 53% de vereadores que assim consideraram. O suposto era de que as vereadoras, por serem de um segmento da sociedade cultural e historicamente discriminado, tivessem percepção de maior importância da questão de gênero nas políticas públicas. Ao contrário, as mulheres não estão livres de assimilar os preconceitos de gênero. As vereadoras têm uma diversidade de origens, história de vida e formação, configurando-se heterogeneidade entre elas. Ser vítima de preconceito não pressupõe que o sujeito esteja imune à reprodução, ele próprio, do preconceito.

Ao serem questionados(as) se as políticas públicas de gênero seriam tratadas com mais profundidade no legislativo se houvesse mais mulheres eleitas, os(as) vereadores(as) reconheceram que nem todas as vereadoras defendem políticas de gênero.

Elas não tratam assim, especificamente o lado delas, especificamente essa questão das mulheres. Eu não vejo isso. Hoje nós temos uma vereadora aqui e eu não vejo por exemplo, um trabalho. [...]Mas a gente não vê um destaque, [...] uma deputada trabalhando diretamente só sobre a questão das mulheres. Agora é lógico que se tiver mais mulheres no meio, vai ter mais facilidade e tendência pra esse tipo de projeto, mas eu não consigo enxergar isso ainda. As mulheres com essa tendência (VEREADORA F).

As áreas da educação e saúde foram lembradas pelo Vereador como prioritárias nos mandatos de vereadoras, mas não especificamente a defesa dos interesses das mulheres.

Já teve várias mulheres que passaram pela câmara, agora essas mulheres não tinham o tema da questão do gênero como uma questão prioritária no mandato. [...] Todas elas, mulheres, faziam um trabalho cada uma na sua área. Uma mais na saúde, outra mais na educação, mas nunca teve “olha, essa é uma vereadora, uma parlamentar que defende as mulheres, que tem como luta central a defesa do interesse das mulheres”. Então, de um modo geral, cada uma acaba trabalhando sua área profissional prioritária (VEREADOR C).

Avelar (1996) ressalta que as mulheres conseguem defender políticas sociais ligadas à saúde da mulher e da criança e pleitear verbas para escolas e creches e melhoria do ensino de uma forma singular e com mais intensidade. Tal participação

traz modernidade política na situação de enorme dívida social em que se encontra o País. Mesmo não defendendo as bandeiras do movimento de mulheres é importante a presença feminina no legislativo. É o que indica o depoimento de uma das vereadoras:

Apesar de que é mulher, [...] mas no aspecto geral da sociedade tem um discurso conservador. Mesmo assim, eu acho que é importante ter mulher. É uma coisa mais ou menos como eu defendo com a questão racial: é importante, porque a visibilidade é importante, inclusive do ponto de vista de visibilidade. Porque a mulher percebe que ela pode eleger mulheres. E têm mulheres na câmara que só foram eleitas pelo povo, então a auto-estima, inclusive, que faz com que as mulheres tenham um olhar diferenciado, os homens tenham um olhar diferenciado, e a sociedade tenha um olhar diferenciado pra mulher. Não a que cozinha, a que lava, a que passa, mas a que faz política. Então, desse ponto de vista, acho importantíssimo que tenhamos mulheres na câmara (VEREADORA B).

Acrescente-se a essa observação acerca da importância das mulheres se verem nos espaços de poder, o diferencial que podem imprimir nessas esferas, pelas suas próprias experiências distintas construídas na sociedade que educa mulheres e homens diferentemente. Também as prioridades de homens e mulheres diferem. Assim, as experiências e prioridades das mulheres, somadas às dos homens, ampliam o campo das temáticas tratadas na política. (AVELAR, 1996)

5.2 O CONSERVADORISMO RELIGIOSO PODE FAVORECER A MANUTENÇÃO DA SUPERIORIDADE DO HOMEM SOBRE A MULHER

Os dados indicam relação substancial entre a religião e a percepção acerca da importância de se considerar as questões de gênero nas políticas públicas. Dos 72,45% de vereadores(as) católicos(as), a maior parte (63%), considera importante a questão de gênero. Porém, 70% do grupo que englobou as demais religiões dão pouca importância à perspectiva de gênero nas políticas públicas. Cabe registrar que nesse segundo grupo a religião predominante é a Evangélica (63%). No Brasil, a maioria dos evangélicos vincula-se ao ramo pentecostal que, diferentemente dos que são filiados às igrejas protestantes históricas, tendem a manter atitudes mais conservadoras em relação às questões relacionadas a política e gênero.

Um dos vereadores entrevistados manifestou-se a respeito de um projeto de lei que incluía os parceiros, companheiros ou companheiras do mesmo sexo, na condição de dependentes para fins previdenciários.

Você pode ter posição divergente, pode, por um motivo religioso, ou qualquer que seja o motivo, mas você não pode ignorar que existe esse problema e que precisa ser levado em consideração. [...] Mas foi um tabu, o pessoal..., teve alguns vereadores ligados ao setor evangélico levaram essa discussão pra dentro do seu segmento. Eu fui muito questionado pelos evangélicos, mas tive que fazer o debate (VEREADOR A).

As pessoas que se dizem católicas de modo geral não condicionam sua prática política aos ditames de sua religião. O católico brasileiro mostra-se menos conservador que a Igreja. Observa-se esse comportamento em trecho da entrevista com o mesmo vereador:

[...] em muitos momentos, as religiões têm essa coisa dogmática, de não querer entrar nessas questões, ou de ignorar. Mas manda nos segmentos. Porque o que adianta, [...]na questão de gênero[...], eu, por exemplo, tenho característica católica apostólica romana, de tradição de família e tal. Mas eu não ignoro isso. Se tiver que chegar na igreja um dia e fazer essa discussão e dizer: “olha padre, eu tenho posição divergente e vou me posicionar com essa posição divergente em relação a isso” (VEREADOR A).

Muitos dos evangélicos pentecostais são convertidos. A necessária mudança de comportamento dos evangélicos pentecostais no momento da conversão, por sua vez, tende a acentuar a moralidade estrita, ascetismo e puritanismo. Tal postura mais conservadora e a maneira como defendem esses princípios em sua atuação parlamentar é observada em trechos das entrevistas com vereadores(as) evangélicos.

É como a legalização do casamento de homossexuais, que o pessoal tanto quer nesse Brasil, que eu nunca vou aprovar. Se um dia eu for deputado eu nunca vou querer, casamento de homem com homem isso não existe, a Bíblia não aprova, não apóia, então, não tem como (VEREADOR B).

Esses dados indicam, portanto, a influência da filiação religiosa nas percepções de vereadores acerca da importância a ser atribuída à questão de gênero na formulação de políticas públicas.

5.3 PARTIDOS DE ESQUERDA DÃO MAIS IMPORTÂNCIA PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

Procedeu-se ao agrupamento dos partidos que têm representação nos legislativos da Região do Grande ABC por seu alinhamento no espectro político, observando-se as categorias: direita, centro e esquerda (MIGUEL; QUEIROZ, 2006; RODRIGUES, 2002). Tal agrupamento foi feito a despeito das dificuldades práticas

para essa caracterização, já que a coerência ideológica não constitui traço dos mais característicos nos partidos políticos brasileiros. Assim, os partidos considerados de esquerda detêm 48,94% da representação nas câmaras da Região do Grande ABC, os partidos de centro, 24,47% e os de direita 26,60%.

Observou-se que os(as) vereadores(as) que pertencem à partidos posicionados no campo da esquerda dão mais importância para a promoção da igualdade entre homens e mulheres por meio das políticas públicas do que os vereadores(as) de partidos mais conservadores.

A inserção das feministas de orientação marxista nos partidos de esquerda foi intensa e influenciou decisivamente nas definições programáticas, na organicidade e nas práticas partidárias. Existe, pois, estreita relação entre feminismo e socialismo nos partidos de esquerda. Observa-se o fato pelo relato de como as mulheres se organizaram no Partido dos Trabalhadores.

Para parte significativa das ativistas que se dedicaram à construção do movimento, a luta pela libertação das mulheres não poderia deixar de ser parte integrante de um projeto socialista, [...]. Não por acaso uma das primeiras palavras de ordem destacadas pelas mulheres organizadas dentro do PT [...] foi 'Não há socialismo sem feminismo' (GODINHO, 1998, p. 61).

Observa-se que 40% do total de vereadoras das câmaras da Região do Grande ABC são do PT. O dado confirma que “os partidos políticos organizados sob o princípio de classes é que incorporam, em maior proporção, segmentos representativos das mulheres” (AVELAR, 1996).

5.4. O CONHECIMENTO DE ORGANISMOS ESPECÍFICOS E A APRESENTAÇÃO DE PROJETOS

Os 72,45% dos(das) parlamentares que disseram conhecer algum organismo administrativo específico de políticas de gênero, lembraram das assessorias, das coordenadorias, Delegacia da Mulher, SPM – Secretaria Especial de Políticas para a Mulher do Governo Federal, entre outros. Verificou-se então que esses parlamentares são os que julgam importante considerar a perspectiva de gênero nas políticas públicas.

Com vistas a qualificar e ampliar o conhecimento acerca desses organismos e, conseqüentemente, aumentar a percepção da importância das políticas de gênero, é necessário encarar o desafio explicitado por Godinho (2004): fazer com que as Políticas Públicas de Gênero realmente deixem de ser apenas projetos pilotos e restritos. Nesse sentido recomenda-se que o governo se esforce em ampliar os espaços de solidariedade interna e em aumentar a capilaridade das ações e do debate sobre a discriminação.

Apesar do conhecimento demonstrado pelos vereadores(as) acerca desses organismos administrativos específicos de promoção da igualdade de gênero, verifica-se, que menos de 30% dos(das) vereadores(as) apresentaram proposições relativas à questão de gênero, isto é, indicações, requerimentos ou projetos de lei.

Houve vereadores(as) que se justificaram ao responder negativamente, dizendo que fazer projetos de lei específicos seria discriminatório à mulher; por isso seus projetos são para todos.

Tanto no social, como no público, como no privado, a questão deve ser de pessoa, não de homem, mulher, idoso, criança, negro, amarelo, porque com essa divisão, está-se fazendo com que a pessoa fala (sic) 'ah, porque ele é negro, porque ela é vereadora, não é homem'. Então, faz uma diferença. Eu acho que todos nós somos iguais perante a Deus, e perante a lei também. (VEREADORA G)

Outra vereadora afirmou que não deveria haver leis para promover a igualdade entre homens e mulheres.

Eu não consigo enxergar isso. Eu acho que não precisamos ter lei pra isso. [...]Porque eu acho que é uma coisa de entendimento. Se passar a obrigar a essa questão em leis, eu não concordo. [...] Eu não consigo enxergar ainda que tem que ter uma lei pra que, por exemplo, uma empresa tem que ter 50% de homens, 50% de mulheres. [...] Eu acho que no lado profissional, [...] não tem mais desigualdade (VEREADORA F).

Essa mesma vereadora classifica ações afirmativas como regalias e sugere que o feminismo está do lado oposto da igualdade.

Mas nós achamos que todas essas regalias, vamos chamar assim, que se pretende dar pra mulher são erradas. Pra que comemorar o dia da mulher? Vamos comemorar o dia do homem. Porque não? Você não comemora o Dia das Mães, o Dia dos Pais? Igualdade. É isso que a gente quer. Nós não queremos feminismo, nós não queremos, não. Nós queremos igualdade de condições. Porque a mulher ela é diferente, assim, fisicamente, mas não mentalmente (VEREADORA F).

Constata-se entre os vereadores(as) notável desconhecimento das questões de gênero e das ações afirmativas. É precário o entendimento da necessidade de políticas que são fundamentadas numa perspectiva relacional e crítica, como as políticas afirmativas de gênero.

Políticas públicas de gênero implicam e envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações, que são produzidos nas relações interpessoais, que se estabelecem entre homens e mulheres e, internamente, entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito (BANDEIRA, 2005, p. 11).

Para que as políticas sejam universais, isto é, para todas as pessoas, é necessário que os indivíduos tenham acesso a essas políticas e oportunidades de usufruir delas. Isso leva à questão de que os desiguais precisam de um tratamento diferenciado para que alcancem a igualdade. Esse princípio não é reconhecido pela maioria dos vereadores(as), como se pode observar pelos discursos acima relatados.

5.5 APOIO DE MOVIMENTOS SOCIAIS INFLUENCIA NA PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

Merece reflexão o fato de 44% de vereadores(as) considerarem os movimentos sociais como importantes para suas eleições e este fator ter influência na percepção dos parlamentares da importância da perspectiva de gênero nas políticas públicas.

Uma via de mão dupla pode explicar essa influência. De um lado, o movimento de mulheres e as organizações feministas, a partir do princípio da constituição do sujeito pelas categorias relacionais gênero, raça e classe, atuam em outros movimentos sociais no sentido de potencializar o enfrentamento às desigualdades e discriminações em várias frentes. De outro lado, diversos movimentos sociais também procuram unir forças com o movimento de mulheres e organizações feministas para potencializar suas reivindicações.

No campo ou na cidade, os movimentos sociais brasileiros têm se mobilizado na defesa não apenas de suas reivindicações específicas, mas na luta por mudanças estruturais tão necessárias para a construção da justiça social neste país (SOARES, 2005, p. 2).

É comum que os movimentos com maior amplitude, mais estruturados e mais dinâmicos - como é o caso do Movimento dos Sem Terra - constituam em sua organização grupos específicos para atuarem nas relações de gênero.

O Movimento de Mulheres Sem Terra, cuja multiplicidade e diversidade não têm impedido que, além de lutar contra as evidentes desigualdades de gênero e de raça, entendam que a luta por direitos universais consubstanciados em políticas públicas efetivas é absolutamente essencial (SOARES, 2005, p. 6).

Dessa forma, sendo os movimentos sociais, em geral, permeados pela perspectiva de gênero, há sentido que exista uma percepção favorável para as políticas públicas de gênero para aqueles(as) parlamentares que tiveram influência dos movimentos sociais em suas eleições.

O Vereador, que considerou importante a perspectiva de gênero nas políticas públicas, leva em conta a opinião do movimento, que aqui é chamado de segmento:

Eu não posso aprovar um projeto, à revelia desse segmento, que ele existe, então eu tenho que estar sempre buscando apoio desse segmento pra eles botarem a posição deles, o que eles pensam em relação a isso. Como eles vão se sentir contemplados, e não é demagogia. É porque é um segmento que tem que ser levado em consideração (VEREADOR A).

6 CONCLUSÃO

Este estudo indicou que a metade dos(das) vereadores(as) considera importante a perspectiva de gênero nas políticas públicas e apontou as variáveis que influenciam com maior ou menor intensidade nessa percepção de importância.

Pôde-se construir um protótipo do vereador típico da Região do Grande ABC. Esse vereador é um homem branco, com mais de 40 anos, casado, católico, com formação superior completa, filiado a um partido de centro-esquerda.

Para além dessa fotografia instantânea, é importante colocar luz no que não se vê nas Câmaras Municipais. Não se vêem mulheres, negros e jovens em proporção representativa à dessa população que vive na Região do Grande ABC.

Como o foco desta pesquisa são as políticas públicas de gênero, importa comentar a ausência feminina no legislativo. Os(As) vereadores(as) apontaram motivos para essa pequena inserção das mulheres nos legislativos. Alguns apresentam motivos que reproduzem preconceitos e discriminações, como, por exemplo: as

mulheres não agem com inteligência, são desinteressadas e sem iniciativa. Assim, no plano do esforço individual, responsabilizam unicamente as mulheres pela não-participação.

Mesmo os(as) vereadores(as) favoráveis à política de cotas, porque aumentam a possibilidade de eleger mulheres, entendem que só as cotas não bastam. São necessárias outras ações concomitantes: o *empoderamento* proporcionado pela atuação coletiva no Movimento de Mulheres e pelas políticas públicas afirmativas; a qualificação das mulheres como sujeitos da história e para a conquista da autonomia; os incentivos para as campanhas eleitorais e, principalmente, a mudança da cultura de que o espaço público da política não foi feito para as mulheres.

Mesmo que nem todas as vereadoras assumam as bandeiras do movimento de mulheres, é inegável que as mulheres nos espaços de poder fazem diferença. Os próprios vereadores constatam que as mulheres priorizam as questões sociais em seus mandatos, principalmente a educação e a saúde, diferencial de atuação entre eles e as vereadoras. O simples fato de as mulheres se identificarem no espaço de poder como categoria pode despertar o desejo de um número maior de mulheres para igualmente ocupar aquele espaço.

De outro lado, as religiões evangélicas pentecostais influenciam na atuação parlamentar. Os(As) vereadores(as) têm postura mais conservadora, segundo a religião que professam.

O enfrentamento da violência doméstica contra a mulher tem apelo muito maior do que as outras frentes de promoção da igualdade. Mesmo os que têm percepção desfavorável a respeito da importância da perspectiva de gênero nas políticas públicas consideram necessário haver maior rigor na punição aos agressores.

A pouca iniciativa dos/das vereadores(as) em apresentar proposições relativas à questão de gênero demonstra que nem todos os vereadores(as) que consideram importante a perspectiva de gênero nas políticas públicas transformam em atitude essa convicção.

Quanto à questão partidária, pôde-se perceber que vereadores(as) de partidos de esquerda estão mais propensos a se aliarem à promoção da igualdade de gênero, já que esses partidos tiveram maior influência do feminismo em suas histórias e conteúdos programáticos. Existe também uma estreita relação dos vereadores dos partidos de esquerda com os Movimentos Sociais. Essa proximidade demonstrou uma percepção favorável para as políticas públicas de gênero, dado que o Movimento de Mulheres e as organizações feministas também atuam em outros movimentos sociais a fim de potencializar o enfrentamento das desigualdades e discriminações em várias frentes.

O que as entrevistas revelaram é que o tema é ainda novo para muitos dos(das) parlamentares e, frequentemente, causa estranheza e resistência a adoção da questão de gênero nas políticas públicas. É provável que a desinformação e a falta de elementos sejam o entrave para que legislem sobre o assunto, acompanhem e fiscalizem as ações do Executivo nessa área.

Percebe-se que a abordagem direta da questão por meio de exemplos num processo de sensibilização pela ação assertiva poderá surtir mais efeito do que o embate ideológico. Novas formas de agir, com inovação e criatividade, precisam ser pensadas para convencer os detentores de poder a agir em favor da promoção da igualdade entre homens e mulheres. Para tanto, caracterizar esse público, seu pensamento e as influências que sofre, contribuem para traçar essa nova estratégia, seja para os Movimentos de Mulheres e organizações feministas, como para os(as) gestores(as) públicos(as) que atuam no desenvolvimento de políticas de gênero nos organismos específicos dos Executivos municipais da Região do Grande ABC.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A mulher na política e a política de cotas**. Brasília: CFEMEA, 2004. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=108>>. Acesso em: 26 nov. 2005.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**: canais de acesso ao poder. Série Pesquisas, n. 6. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.

Perspec. Contemp., Campo Mourão, v. 4, n. 1, p. 3-26, jan./jun. 2009.

ISSN: 1980-0193

BANDEIRA, Lourdes M. Brasil. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília: CEPAL/SPM, 2005. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/integra_publ_lourdes_bandeira.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2006.

CAPPELLIN, Paola. Ações afirmativas: uma estratégia para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres. In: LIGOCKI, Malô Simões Lopes; LIBARDONI, Marlene (Orgs.). **Discriminação positiva, ações afirmativas**: em busca da igualdade. 2. ed. São Paulo: CFEMEA/ELAS, 1996. p. 13-31.

FINAMORE, Claudia Maria.; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 347-362, maio/set. 2006.

GODINHO, Tatau. Construir a desigualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lucia. (Orgs.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 55-64.

GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. In: BORBA, Ângela.; FARIA, Nalu.; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 15-32.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Bontempo, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros**. Brasília: IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2008/default.shtm>. Acesso em: 26 nov. 2008.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**: Análise preliminar dos dados. Brasília: IPEA/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 347-362, maio/set. 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 31-47, fev./2002.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: GODINHO, Tatau.; SILVEIRA, Maria Lucia (Orgs.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 35-42.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

SOARES, Laura Tavares. Contra as teses do “refluxo”: intelectuais de esquerda e movimentos sociais em tempos de crise. In: **Projeto de Análise de Conjuntura Brasileira**: www.outrobrasil.net, 2005. Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/Docs/2162005193457_laura_junho_2005.doc>. Acesso em: 30 maio 2008.

NOTAS

⁽¹⁾ Mestrado em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS (2007), integrante das ONGs Fé-minina – Movimento de Mulheres de Santo André e Observatório da Mulher. E-mail para contato: crstinapp@terra.com.br

⁽²⁾ Doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo – USP (1998), Mestrado em Ciência Política e Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESP (1978). Docente do Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS. E-mail para contato: acgil@uol.com.br

Enviado: 05/02/2009
Aceito: 25/05/2009
Publicado: 10/07/2009